

ANTONIETA MIGUEL

# VOZES ENGAJADAS

a atuação política do professorado  
primário da Bahia (1889-1930)

VOZES ENGAJADAS



## Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Adriana Marmorini Lima  
**Reitora**

Dayse Lago de Miranda  
**Vice-Reitora**



## Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Sandra Regina Soares  
**Diretora**

### Conselho Editorial

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Agripino Souza Coelho	Jussara Fraga Portugal
Alan da Silva Sampaio	José Ricardo Moreno Pinho
Cesar Costa Vitorino	Leticia Telles Cruz
Cláudio Alves de Amorim	Marluce Alves dos Santos
Elizeu Clementino de Souza	Minervina Joseli Espínola Reis
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios	Marilde Queiroz Guedes
Lícia Maria de Lima Barbosa	Carmélia Aparecida Silva Miranda
Maristela Casé Costa Cunha	Natan Silva Pereira
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira	Neila Maria Oliveira Santana
Nilson Roberto da Silva Gimenes	(Sem suplente)
Reginaldo Conceição Cerqueira	Marcos Antonio Vanderlei
Rosemary Lapa de Oliveira	Baktalaia de Lis Andrade Leal
Rudval Souza da Silva	Mônica Beltrame
Simone Leal Souza Coité	Ana Lúcia Gomes da Silva

ANTONIETA MIGUEL

**VOZES ENGAJADAS**  
**a atuação política do professorado**  
**primário da Bahia (1889-1930)**

Salvador  
EDUNEB  
2022

© 2022 Autora

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.  
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,  
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.  
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.  
Impresso no Brasil em 2022.

**Coordenação Editorial**

Fernanda de Jesus Cerqueira

**Coordenação de Design**

Sidney Silva

**Revisão textual e Normalização**

Tikinet Edição

**Capa e Diagramação**

Sidney Silva

**Revisão textual de prova**

Julinara Silva Vieira Moitinho

**Revisão de diagramação de prova**

Rodrigo C. Yamashita

FICHA CATALOGráfICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Miguel, Antonieta

Vozes engajadas: a atuação política do professorado primário da Bahia (1889-1930)/  
Antonietta Miguel. – Salvador: EDUNEB, 2022.

352 p.

ISBN 978-65-88211-47-2

1. História do professorado primário na Bahia. 2. Atuação política de professores. I.  
Titulo.

CDD: 370

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB  
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula  
41150-000 – Salvador – BA  
editora@listas.uneb.br  
portal.uneb.br

Editora filiada à  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
O PROFESSORADO PRIMÁRIO E A REPÚBLICA BAIANA.....	21
A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E OS ELEMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE.....	89
Os marcadores da profissão docente na legislação da Primeira República .....	90
A ESCOLA NORMAL E A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO(A) PROFESSOR(A) DO ENSINO PRIMÁRIO .....	131
A “feição profissional” na formação de professores(as) para o ensino primário .....	150
As disciplinas escolares e seus usos no currículo da Escola Normal da Bahia .....	176
O AGIR INTELECTUAL DO PROFESSORADO PRIMÁRIO BAIANO .....	237
O movimento de organizações coletivas do professorado baiano e as reivindicações da categoria.....	254
O enfraquecimento do lema <i>Nos etiam pro causa     nostra pugnamos</i> .....	260
INTELECTUAIS EM MOVIMENTO: DISCURSOS DE AUTORIDADE, DE DEFESA DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA E DE AUTORREPRESENTAÇÃO .....	277
O discurso de autoridade do professorado primário baiano e sua visão sobre a educação e o ensino.....	279

O discurso republicano de educação e o desenvolvimento nacional.....	303
O discurso de autorrepresentação do professorado baiano: funcionários públicos republicanos.....	315
CONCLUSÕES: O QUE FAZER COM O PASSADO? .....	321
REFERÊNCIAS .....	327

# INTRODUÇÃO

Esta obra é resultado da pesquisa *O professorado primário da Bahia: formação acadêmica, normatização legal e atuação política (1889-1930)*. O interesse pela história do professorado baiano advém da minha insatisfação com as imagens construídas da docência pela sociedade. Como professora de um curso de Licenciatura e pertencente à cadeira de Estágio Supervisionado, responsável pelo acompanhamento dos graduandos em seu futuro campo profissional, convivo diariamente com ideias sobre a profissão docente permeadas de imagens conflitantes, por vezes empolgantes, por vezes negativas. Vale ressaltar que as tintas mais desfavoráveis que ilustram o retrato da docência saem dos pincéis dos meus colegas da escola e da universidade. O desencanto com a profissão ou com a condição de exercício da profissão é real e precisa ser considerado.

Outra motivação, de natureza acadêmica, decorreu de lacunas explicativas a respeito da formação histórica da profissão na Bahia. O desprezo social vivenciado pelos professores no presente, sob o olhar de uma historiadora, precisaria ser investigado, para se buscar as raízes históricas do processo de profissionalização da docência. É necessário refletir em que medida se repetem, inclusive pelos próprios professores, as visões estigmatizadas e carregadas de intenções sobre a função do magistério, com suas hierarquias internas, escalas de importância e julgamentos apressados, ou conhecer como caminhos originais foram abertos por professores ao longo do tempo, demarcando resistências e soerguendo os pilares da profissão.

Investigações atuais que tomam a profissão docente como temática, no sentido da reflexão sobre a situação e as condições de



sua formação e exercício profissional, como afirma Nóvoa (2017), são inúmeras, sendo que uma parcela significativa dessas pesquisas reafirma a necessidade do conhecimento histórico como parte importante no/do processo analítico que persegue uma recondução da instrução de professores. Esse é o caso da presente obra. Os conhecimentos construídos sobre o passado da profissão, segundo alguns pesquisadores, contribuem, significativamente, para um (auto) posicionamento do ser professor. Esse “voltar-se” para a trajetória (pessoal e coletiva) implica recriar “[...] o sentido da experiência escolar e, em um mesmo movimento, reconstruir sua identidade como coletivo profissional e laboral [...]”<sup>1</sup> (BULLOUGH, 2000 apud SUÁREZ, 2011, p. 392).

Proponho-me a conduzir o(a) leitor(a) a um debate contemporâneo sobre o direito ao passado (OLIVEIRA, 2011), ou aos passados, o direito à memória (PAOLI, 1992), ou às memórias e, no caso em questão, o direito às várias possibilidades interpretativas da história dos(as) professores(as) baianos(as). Abordar a história da profissão docente na Bahia durante a Primeira República é o objetivo desta obra, e para escrevê-la, escolhi uma perspectiva investigativa ancorada na natureza indiciária da História (da Educação) (GINZBURG, 1989), ou seja, a partir de indícios decifráveis, remontam-se realidades complexas não experienciáveis diretamente. A ideia implícita nesse tipo de abordagem historiográfica apoia-se em admitir que a realidade não é transparente. As fontes históricas (no caso desta pesquisa, fontes documentais escritas produzidas por instituições governamentais, pela imprensa, por professores e intelectuais) não *falam por si* e necessitam da atuação do investigador

---

<sup>1</sup> No original: “*el sentido de la experiencia escolar y, en el mismo movimiento reconstruyen su identidad como colectivo profesional y laboral*” (BULLOUGH, 2000 apud SUÁREZ, 2011, p. 392).

para encontrar os indícios, decifrar os sinais/signos da realidade estudada e relacioná-los de forma que possam ser dispostos em uma “sequência narrativa” que garanta a sua inteligibilidade e possibilite conhecer os eventos de maneira coerente e com sentido.

Sustentam a narrativa deste livro documentos oriundos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), na Seção de Periódicos (jornais, revistas pedagógicas e Anais da Câmara) e na Seção de Obras Raras; do Centro de Referência e Memória da Educação na Bahia (CRMEMO/UNEB) (teses e documentos digitalizados pelo GPEC); do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) (falas, mensagens e relatórios, livros de petições e abaixo-assinados); do Arquivo Público Municipal de Caetitê (APMC) (jornais e acervo do professor Alfredo Silva); o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) (documentos diversos); do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC) (jornais); do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Centro de Educação); do Arquivo do Senado Federal; e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Para iniciar essa história, recorro à memória recente do(a) leitor(a) no concerne aos pronunciamentos de representantes do Poder Executivo sobre a docência e sua função na sociedade brasileira, o de um antigo governador da Bahia, outro do atual ministro da educação. Previno o(a) leitor(a) que a escolha desses gestores públicos constitui apenas um exercício de investigação para se compreender que as representações historicamente construídas sobre o magistério e que atravessam o nosso presente também estão alocadas entre os responsáveis pelas políticas públicas de formação de professores. Não há intenção de comparações partidárias ou usos políticos.

Em 13 de junho de 2012, na cidade de Itororó, o governador em exercício na época, Jaques Wagner, apelou para que os

professores em greve há mais de 60 dias retornassem ao trabalho. Em suas palavras:

[...] quero me dirigir agora a vocês, que só fazem vaia em vez de ouvir, eu já fiz muita greve, mas eu trabalhava no setor privado e quando eu fazia greve eu dava prejuízo ao patrão quando eu queria reclamar por melhores salários e ele para não ter prejuízo acabava sentando na mesa de negociação e fazendo um pagamento melhor. Aqui vocês não estão parando fábrica de nenhum patrão, vocês estão sonhando o direito de nossas crianças aprenderem. [...] Não pensem que me intimidam, porque eu sei o que estou fazendo, sei onde quero chegar e o arrugo de vocês não vai me tirar da proposta. Agora vocês deviam ter bom senso e criatividade e ir dar aula para não fazer um maltrato aos alunos [...] agora é covarde da parte de vocês usar as crianças indefesas pra conseguir os salários de vocês. (FALA..., 2012).

E, mais recentemente, o atual ocupante do Ministério da Educação, Milton Ribeiro, confessou, em entrevista, a visão negativa sobre o magistério que prevalece na administração federal. “Ser um professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa.” (VOLTA..., 2020), afirmou, expondo o desprezo pela profissão docente e pela educação pública.

Em que esses episódios da política recente se articulam com a história do professorado baiano na Primeira República? A tarefa de um(a) historiador(a) da educação é fazer perguntas ao passado no que tange questões do presente. Às vezes são perguntas antigas frente a novos inquéritos ou novas perguntas diante de antigas certezas. No caso da fala do governador, poderíamos interrogar sob quais bases se sustenta a ideia de que a devoção, o sacrifício e o espírito de

entrega são próprios da atuação do professor, a ponto de ele abrir mão do salário para salvar as crianças da ignorância. No caso do ministro, a questão posta permite inquirir sobre quais interesses estão ocultos em sua desqualificação da educação pública e seu agente direto, o(a) professor(a). Quais as origens desse pensamento que autoriza a associação entre o ato de ensinar ao ato de amor abnegado? Por que o representante do poder público transfere tão facilmente para o(a) professor(a) a exclusiva responsabilidade de aprendizagem das crianças e exime o poder público da obrigação de garantir o direito constitucional à educação? Ou por que atacar a docência e a educação pública, desvalorizando uma das profissões mais importantes de uma sociedade democrática?

Para prosseguir na busca de indícios que auxiliem o entendimento dos fatores históricos que sustentam essas visões, convido o(a) leitor(a) para movermo-nos, novamente, no tempo. Na edição de outubro de 1927 da *Revista de Educação* – Orgam – da Escola Normal de Caetité (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b), os redatores Alfredo José da Silva, Dulce da Silva Araújo, Helena Lima e Salvador da Rocha Passos, professores da instituição normalista, abrem o periódico com uma matéria intitulada “Um século de ensino primário”. No texto, os mestres fazem um balanço dos cem anos de instrução pública primária no Brasil<sup>2</sup> e enaltecem o papel do professor como “sustentáculo da República” e “desbravador dos ínvios caminhos da ignorância” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b, p. 161). Na narrativa construída pelos professores do magistério, a ideia de docente defendida, e que acreditam ser a condizente com sua função profissional na sociedade, se funde com a de “alentadores

---

<sup>2</sup> O Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 mandou criar escolas de primeiras letras no Brasil. O dia do professor, comemorado nacionalmente, faz referência a essa data.

das reservas de civilização”. Os objetivos republicanos para a educação agregam os professores primários como “salvadores da pátria” (LUZ, 2013). Reparem na força das suas palavras:

Sentimos, sim, a felicidade, o contentamento de prepararmos com amor, dedicação e carinho essas esperanças do futuro; cheios de fé, de perseverança, animados pela sinceridade do nosso apostolado, vamos pelo caminho mais árduo da vida, sem tergiversação, sem desfalecimento, sem queixas, cumprindo com affecto a tarefa que nos cabe de educadores da infância. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b, p. 161).

Se essas palavras já soam um pouco deslocadas diante das atuais opiniões sobre a carreira docente e o próprio sentido da educação, ofereço mais uma fala ao(à) leitor(a) para que possa imergir no imaginário republicano referente à educação e docência do final do século XIX e início do XX. No mesmo mês da publicação da Revista de Educação, especificamente no dia 15 de outubro, em comemoração ao centenário da escola primária, a professora Maria José da Silva, conferencista oficial do ato, dirige suas palavras ao diretor do estabelecimento, às autoridades eclesiásticas e leigas, aos colegas e à mocidade (alunos e alunas da Escola Normal de Caetité) presentes. Em longa preleção, reforçou a importância da data, fazendo três questionamentos que, para mim, foram reveladores do que atravessava a formação da profissão docente na República. Sua primeira pergunta foi: “O que é a escola primária contemporânea e qual o seu fim?”. A oradora elenca uma série de significados do que acreditava definir a escola, mas elejo um deles para usar como argumento em meu raciocínio. Afirmou ela que:

[...] a escola é a igreja de onde irradia para os pequeninos fieis, por intermédio do sacerdote – o mestre

– a torrente de fé, a caudal do entusiasmo, a larga canalização das boas ideias dos exemplos benéficos. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b, p. 180).

A imagem escolhida pela professora de uma igreja para representar o espaço escolar reflete o valor dessa instituição na/para a República. A escola assume, com a Modernidade, o lugar específico onde se realiza a educação e se estabelece como um lugar-tempo de aprender, retirando da família a prerrogativa de ensinar. A autoridade pedagógica produz um discurso sobre a criança e sua aprendizagem (NUNES, 2007) que institui saberes necessários para a sociedade e, indiretamente, também define a formação do ser professor.

Em sua segunda questão, um pouco mais espinhosa, indagou: “Quem, entretanto, encarregar-se-á de instruir, educando a creança pela acção e para a acção?”. A réplica não destoou da coerência do pronunciamento mostrado até aqui: “Ah, meus senhores e senhoras, vós o sabeis bem: é o professor primário, o mestre, o educador [...]”, e continua “[...] um homem à parte, um homem que pela sua missão deve ser diferente dos demais homens, deve também pela sublimidade subir ao alto do Calvario, pois bem sabemos que esta sua missão não é simplesmente uma OCUPAÇÃO, mas um SACRIFICIO completo [...]” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b, p. 182, grifo do autor). Na própria pergunta da palestrante está posta uma condição para o exercício da profissão: servir de exemplo, educar por sua ação. É fato que a imagem de professor desenhada se aproxima do líder máximo do catolicismo, Jesus Cristo, que morreu pela humanidade. Por isso, ao mesmo tempo, o coloca em uma posição de diferenciação dos demais seres humanos (e profissionais), um símbolo de sacrifício à civilização das luzes.

Peço ao(à) leitor(a) que não se retorça com a inquirição final de nossa ilustre oradora. Perguntou ela ao público: “Quem é, portanto, o professor primário?”. Diante da relevância de suas palavras, vou reproduzir fielmente a sua fala, visto que não conseguiria dizer com mais clareza que a autora:

É quase sempre um homem pobre, vergado muitas vezes pelo sofrimento proveniente mesmo das dificuldades e reveses que a profissão lhe proporciona; é um homem ligado à vida pelo trabalho, pelas fadigas; é um homem que morre para viver na creança; é um homem que esquece a própria felicidade, o bem-estar próprio, para só cuidar dos triunfos da escola que dirige; é finalmente, o homem que faz cada aluno um filho, deixando seu coração fugir para outro corpo, o corpo da creança, ternura que muitos não compreendem! Oh! Como é sublime esta profissão do rico-pobre, que é o professor primário! Pobre, sim, porque os bens materiais lhe são escassos, e, infelizmente, vem daí um bem imenso, pois que forçosamente essa falha fal-o-á humilde e abnegado, sem outras preocupações, sem cuidados outros que não os da escola; rico, porque por suas mãos passam todos os homens, que ele forma para o combate da vida, para a vida da família, a vida da sociedade, enfim, para a Patria. Os luminares da igreja, as glórias da medicina, as fulgurâncias da engenharia, as refulgências do direito, todos esses homens, philophos, escriptores, poetas, oradores, todos eles passaram pelas mãos do modesto, do humilde professor primário. E não é glória, e não é ser rico trabalhar, assim, pela Patria, cultivando a inteligência e formando o carácter das creanças – primícias da vida? (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927b, p. 182).

A fala da nossa professora oferece muitos pontos que remetem à discussão sobre a construção do ofício do professor primário republicano. O perfil apresentado, entendendo que ela se refere apenas ao magistério primário, traça uma silhueta de profissional masculino, mal remunerado, que enfrenta “reveses” em sua função, mas posto em um lugar com *status*, nobre em seu fazer, de distinção na tarefa de solevar a pátria e formar “novos” homens. Interessante notar que as pesquisas mais recentes acerca da feminização do magistério na Bahia (LIMA, 2006; VIEIRA, 2013; ANJOS, 2018) apontam que, em 1860, as mulheres representavam 52% das matrículas da Escola Normal da Bahia. Lima (2006) demarca que a província baiana introduz o ensino feminino na escola normal trinta anos antes que a província de São Paulo. A Bahia foi a primeira no Brasil e na América Latina que permitiu que mulheres acessassem a carreira do magistério. Na própria Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, mesmo que a professora tenha usado o gênero masculino para definir a profissão docente, a participação feminina era considerável. Em seu primeiro número, a revista designou três professoras em seu corpo redacional: uma redatora (Dulce da Silva Araújo), uma secretária (Helena Lima) e uma tesoureira (Maria José da Silva). Entre os autores de matérias (12 no total), seis textos foram assinados por mulheres (além das três citadas acima, tem-se Zelinda Rodrigues Lima, Maria Angelina Sampaio Silva e Irma Pimenta Bastos).

A ideia de sacerdócio e de que a remuneração seja desnecessária para o exercício de ensinar, segundo Lima (2006) e Paiva (2015), remonta à tradição jesuítica no Brasil. A pedagogia jesuítica, da “prática das virtudes”, o “*Orbis Christianus*” em que se buscava a perfeição, a correção individual sem considerar as contradições e negar as mudanças estruturais, produziu uma ideia alicerçada no



formalismo pedagógico da doação e do amor às virtudes. As ideias liberais e republicanas assimilaram esse pensamento e o reforçaram, agregando mais atribuições político-ideológicas à profissão. Ainda assim, cabe perguntar se essa imagem de abnegado e doador de amor cívico encontrou contraponto entre os colegas da professora. Os docentes que antecederam a nossa palestrante nos primórdios da República baiana tinham um posicionamento menos conformado. O texto-manifesto de abertura da Revista do Ensino Primário, em 1892, convocava o professorado para lutar por seus direitos, pois “[...] como cidadão e como funcionário público [...] não é servo humilíssimo de ninguém.” (REVISTA DO ENSINO PRIMÁRIO, 1892a, p. 3).

Outros contrapontos interessantes podem ser percebidos em cotejo simples entre os dois escritos, distantes 25 anos. No entanto, muitas aproximações parecem ligar as falas quanto ao valor do professor e de sua missão na educação da criança, “forma embriogenica do cidadão [...]” (REVISTA DO ENSINO PRIMÁRIO, 1892a, p. 1). O importante a ressaltar são os elementos desses e outros discursos que serão tratados nesta obra, a fim de se pensar as tensões que atravessaram o processo de profissionalização do magistério primário na Bahia durante a Primeira República.

Neste momento, quero localizar na preleção proferida em ato comemorativo ao centenário da escola primária no Brasil, na Escola Normal de Caetité, o percurso do discurso, marcado pelas três perguntas que ressaltam a *escola*, o *ensino* e o *professor*, um espaço específico, um ordenamento de conteúdo, normas e práticas e um *corpus* profissional. Dominique (2001), em outra célebre palestra, situou historicamente a invenção desses elementos para a Europa. A partir do século XVI foi possível perceber a existência de *um espaço*

*escolar, um mobiliário e material específico.* A esse *locus*, foram agregados uma lógica de funcionamento em classes que atingem níveis de progressão e um conjunto de profissionais especializados em forma de corporação ou congregação. Para o Brasil, a obrigatoriedade da oferta de escolas de primeiras letras ocorreu na década de 1820, assim como as primeiras escolas normais nas duas décadas posteriores. Na Bahia, a construção de prédios escolares e a formação de um corpo mínimo de professores para assumir as classes encontraram maior vigor no século XX. Até então, temos a condição de aluno-mestre que aprende a arte de ensinar com um professor em sua classe. Uma formação específica, profissionalizante, teoricamente, se iniciou em 1842 com o funcionamento da Escola Normal da Bahia.

No início dessa narrativa, ao tentar encadear discursos oriundos de diferentes momentos, mais que uma estratégia de persuasão ao(à) leitor(a), almejei criar inquietações em relação aos argumentos usados cotidianamente no presente, os quais se apresentam quase irrefutáveis e que, para um historiador da educação, precisam ser revisitados. Nesse sentido, para mim, a construção da profissão docente na Bahia constitui um dos temas que ainda carece de estudos que ampliem o já conhecido e consigam trilhar as especificidades baianas desse processo.

A função de ensinar estava presente desde o cotidiano colonial. A ruptura com Portugal e a necessidade de organizar uma nação forçaram a criação de instituições governamentais que estruturaram o Estado Imperial e controlaram o seu processo de formação. As escolas normais surgiram nesse contexto de arrumação política das elites brasileiras que precisaram direcionar seus interesses político-econômicos e, ao mesmo tempo, torná-los comuns, aceitáveis para a maioria da sociedade. Um fator decisivo, entretanto, separa a Escola Normal

do Império e a da República: a condição servil. Inserir uma parte considerável da população significava reconhecer/oferecer minimamente alguns direitos, como o acesso à escola para toda a sociedade. A partir de 1850, vários setores sociais entraram em conflitos intensos em relação à escravidão. A mobilização social em prol da abolição envolveu a luta jurídica com muitas conquistas legais, inclusive a Lei do Ventre Livre. Considerada por parte da historiografia da escravidão como ato da elite para retardar a abolição definitiva, apresentou-se para os historiadores sociais como uma forma de “mediação” para solucionar tensões presentes no cotidiano da sociedade. Dessa forma, as classes dirigentes do Império procuraram reconfigurar a sociedade no sentido capitalista, da economia de mercado. Internamente iniciaram-se discussões e ações no sentido de abolir a escravidão e construir novas bases para o disciplinamento social e uso de mão de obra, adicionando a ideia de cidadania (FERREIRA, 2015). Novos tempos exigiram instituições renovadas. A educação e suas instituições reafirmaram contornos civilizatórios para acomodar a população, principalmente a pobre, em alicerces republicanos. Compreendo que a escola normal e os profissionais formados também deveriam se reformular sob esse contexto. Diante dos conflitos abertos com a mudança de regime político, o professorado primário da Bahia atuou para intervir na constituição legal de sua profissão e nos direcionamentos da educação e do Estado republicano.

Esta obra, a partir de uma perspectiva historiográfica, se propõe a pensar/entender a profissão docente a partir do próprio discurso de professores e professoras que atuaram na nascente república baiana em defesa do que consideravam uma educação republicana e de seus direitos de classe. Escutar as vozes do professorado baiano, quase sempre silenciadas pela historiografia tradicional

da educação, que muito disseram sobre o magistério, a educação e a República da Bahia, é o objetivo deste livro.

As sendas definidas para a condução do(a) leitor(a) nesta obra formam seis seções em que analiso a história do professorado primário baiano a partir de elementos imprescindíveis para se compreender a profissão docente: a legislação educacional, a formação acadêmica e as formas de atuação política da categoria. A primeira seção, “O professorado primário e a República baiana”, foi dedicada a entender a “chegada” da República na Bahia, a receptividade da categoria e seu envolvimento político na defesa de princípios republicanos que remontam suas lutas pela escolarização da população pobre e pela abolição da escravatura durante o Império. Na segunda seção, “A legislação educacional e os elementos de constituição da profissão docente”, analisei o contexto de elaboração das reformas educacionais em que ficou evidenciado os embates entre o professorado e os dirigentes do governo e parlamento quanto às políticas públicas de educação e definição dos mecanismos de constituição do magistério e suas condições de atuação. Para a terceira seção, “A Escola Normal e a formação acadêmica do(a) professor(a) do ensino primário”, dedico-me a discutir a formação acadêmica que lentamente foi se constituindo na Primeira República e suas indicações de como ensinar e o que ensinar. Para isso, percorro a gênese do ensino normal na Bahia a partir de sua referência francesa e as formas assumidas em seu currículo que definiram a prática de ensino como pilar formativo da docência.

Reservei a discussão sobre a atuação do professorado primário baiano enquanto vozes engajadas na política baiana para seções quatro e cinco. Na quarta seção, “O agir intelectual do professorado primário baiano”, analiso a criação de organizações coletivas do professorado em seu processo de luta, os deslocamentos do discurso

de autoridade e defesa do regime republicano durante a Primeira República, bem como os embates provenientes desse processo. E, na sexta seção, “Intelectuais em movimento: discursos de autoridade, de defesa da educação republicana e de autorrepresentação”, discuto, a partir das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas, as ideias de docência, ensino e educação compartilhadas pela categoria, em que se evidenciam um “Discurso de Autoridade”, um “Discurso Republicano de Educação” e um “Discurso de Autorrepresentação”.

Na seção final, exponho minhas “Conclusões” sobre como o conhecimento histórico pode ser usado como uma ferramenta de reflexão da realidade vivida por uma sociedade. Em especial, questiono como o desconhecimento da história da profissão docente pode dificultar nossa atuação enquanto categoria.